

# O refúgio mágico: Impressões de uma (já longínqua...) visita à Ilha de Moçambique

*António de Almeida Lima\**

Esta Ilha pequena que habitamos,  
É em toda esta terra certa escala  
De todos os que as ondas navegamos,  
De Quíloa, de Mombaça e de Sofala.  
E, por ser necessária, procuramos,  
Como próprios da terra, de habitá-la;  
E, por que tudo em fim vos notifique,  
Chama-se a pequena Ilha: Moçambique”  
(Camões, *Os Lusíadas*, I: 54)

E os portugueses também não (a) teriam, (escolhido) se não fosse a monção obrigar a ser ali o entreposto da Carreira da Índia, nos dois sentidos, e fazer ali o entreposto do fabuloso ramal do Zambeze, grande transportador de escravos, de ouro, de panos, de marfins e de soberbas mulheres para os fartos haréns da Arábia.

Nesse tempo esquecido [...] o trienal ofício de Capitão de Sofala e Moçambique ficaria entre as dez primeiras sinecuras do Mundo.

[...]

(Alexandre Lobato, 1972, *In*: “Prefácio” à primeira edição da *Ilha de Próspero*, de Rui Knopfly.)

[...] Nela passam, vivem, ou morrem, acrescentando-lhe pátina e enriquecendo-lhe a biografia, santos, soldados e poetas [...]

(Ruy Knopfli, *In*: “Posfácio”, *Ilha de Próspero*, 1972)

---

\* Embaixador e Cônsul-Geral de Portugal no Rio de Janeiro

## Prefácio

Vínhamos de Nampula, pela estrada de Nacala que espelhava ainda bem os efeitos de uma guerra civil de 16 anos. No caminho visitáramos algumas fazendas e fábricas de algodão e de sisal que conseguiram resistir ao caos económico do conflito e que começavam a retomar algum ânimo comercial e industrial.

Abordamos a ilha pela ponte rodoviária de dois quilómetros que a separa do continente. Estreita, mal dá para passarem dois carros, em estado precário de conservação ameaça cair se não a repararem nos próximos anos.

Se cair, levará alguns anos a reconstruir e entretanto a ilha apressará o regresso ao passado, porque em época de míngua as prioridades não estão ali e as verbas dos FMI, Banco Mundial e cooperações internacionais são destinadas a investimentos mais reprodutivos, como as linhas de caminho de ferro que ligam os países vizinhos aos cobiçados portos moçambicanos; mas também para reconstruir as estradas e pontes continentais que são centrais ao desenvolvimento do país. A Ilha, salvo a problemática da conservação do património histórico, não é mais um centro de poder nem de produção ou comércio.

Entramos pois na ilha com alguma ansiedade. Queremos confirmar com os nossos olhos todas as histórias que ouvimos sobre a sua mágica, antes que o decurso do tempo nos afaste definitivamente da sua aura. Como Prospero, buscávamos ali um refúgio para as nossas memórias portuguesas, uma explicação para o mistério da importância histórica daquele entreposto de várias culturas, mesmo se o encontro viesse antecipado da prevenção da sua actual decadência.

Paramos num areal para assistir ao pôr-do-sol que entrava também ele rápido no nosso fim de tarde e de jornada. O peixe secava hirto e ordenado, espetado em paus, suado de um dia violento de sol a esmo, pronto para ser vendido no mercado. Era um painel de prata rebrilhando sobre a areia branca, definindo um quadro de pintura moderna em que o mangal vizinho dava um enquadramento vegetal único naquela praia.

Ao lado, canhões em bronze jaziam na areia; não eram inúteis; estavam reciclados em assentos improvisados onde as crianças brincavam e nós, deslumbrados, descobríamos logo ali o testemunho tão evidente de uma História, no seu silêncio educativo. Brazões, escudos e registos portugueses ressaltavam do metal coberto de tanto salitre; ao lado, pedras talhadas, gastas, peças de um puzzle que a arqueologia irá recompor, um dia... Restos da cultura trazida do outro lado do mundo, de um canto remoto da Europa, ali repousando, eternamente, assim parecia.

Em pano de fundo uma imensa bola encarnada. O sol descia sobre o continente. A Ilha banhava-se de uma coloração suave em que os ocres e os avermelhados gastos das casas velhas refulgiam imponentes e nobres. A noite aproximava-se rápida e misteriosamente.

### Por quê a Ilha

Os portugueses construíram, a partir do século XV e XVI, ao longo da costa oriental de África, fortalezas, entrepostos, portos, casas, igrejas; envolvente própria à sua afirmação de poder exercido em função das necessidades do comércio, da expansão da fé cristã e do império. Naturalmente importava garantir a segurança e conforto das rotas marítimas, designadamente a mais importante, à época, a carreira da Índia.

Em Moçambique procurava-se também o ouro do rico reino de Monomotapa, no interior centro. Logo sobreveio o lucrativo mercado de escravos “exigido” pela exploração efectiva do Brasil. Os circuitos do negócio vinham aliás já de longe, tinham sido montados pelos mouros e pelos chefes locais.

A província de Moçambique foi, até ao século XVIII, circunscrição do foro administrativo e judicial da Índia, jóia da coroa imperial portuguesa, porque era instrumental em toda a gestão desse fulcral vice-reinado. Goa, Damão e Diu forneceram desde então e até hoje a Moçambique gerações de quadros da administração portuguesa colonial com nomes como Fernandes, Rebelo, Vaz, Bragança, Dias, etc. São médicos, advogados, professores, altos funcionários da Administração, mas também homens de negócio e comércio.

Na sequência da recuperação da coroa portuguesa em 1640, pela dinastia dos Bragança, o império foi sendo remido da cobiça alheia, v.g. holandesa; com D. João V a Ilha de Moçambique, situada sobre o litoral norte daquele extenso território africano, assume a capitania da província, fruto da sua importância no comércio de escravos então no auge.

A sua invejável situação estratégica no canal de Moçambique tinha sido já escolhida pelos comerciantes mouros, desde o século VII d.C., primeiro como refúgio dos canibais do continente, depois como entreposto e porto seguro do Índico. Mesquitas são erigidas, oráculos, imagens, hábitos, muçulmanos e hindus são trazidos das outras margens do Índico. Ao longo dos séculos a Ilha habituou-se a conhecer comerciantes e outras civilizações. De todas assimilou algo.

O fim do comércio dos escravos ditou a decadência económica e subsequente diminuição da importância política e social da Ilha. Mas também a política portuguesa do final do século XIX, no sentido de afirmar claramente

a ocupação efectiva das suas colónias africanas, contra as ameaças das grandes potencias europeias, como a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha, que queriam partilhar esses territórios entre si, fez deslocar a capital, da Ilha para Lourenço Marques, no extremo sul do país.

As edificações oficiais da Ilha, como a fortaleza de S. Sebastião – a maior do Índico português –, o palácio e capela de S. Paulo, a Igreja da Misericórdia, o hospital, bem como as casas e os armazéns dos homens poderosos da Administração ou do comércio foram paulatinamente perdendo a sua importância e os seus personagens. Permanece hoje o seu testemunho patrimonial e histórico, embora cada vez mais reduzido pela inevitável decadência das construções desabitadas.

Assim, no fim do período colonial a Ilha era já um lugar de peregrinação quase arqueológica, envolta em brumas de história, de mística de velhas glórias e de evocações poéticas e culturais. Foi entretanto considerada património da humanidade pela UNESCO.

A última fase da colonização portuguesa em Moçambique é uma sequência rápida e dolorosa.. Depois de uma guerra de 13 anos em que se perderam e mutilaram muitas vidas de ambos os lados, a independência chegou em Junho de 1975. Algumas centenas de milhar de colonos abandonaram, à pressa, o novo país, receosos de uma guerra civil pressentida.

Essa guerra durou mais 16 anos e deixou marcas bem terríveis, nas pessoas, no território e na economia. Em 1995, em Moçambique já não se ouvia o som das lutas fratricidas ia para três anos; notavam-se porém ainda os efeitos da destruição, sobretudo no norte, deixado tão distante do mundo moderno e dos ainda parcos e lentos benefícios económicos das tréguas.

Mas a experiência da construção de um país novo do Rovuma (extremo norte) ao Maputo (extremo sul) unindo várias etnias estendendo-se por 2500 quilómetros (changanes, rongas, senas, ndaus, macuas, lomués, macondes, chopes, ajauas, nianjas) com seus dialectos próprios, exigiu uma língua franca: o português. A língua portuguesa foi sem dúvida o maior legado colonial e talvez o único que verdadeiramente prosperou nestes últimos 30 anos. Fala-se hoje, no Moçambique independente, mais português do que na época colonial. Para os portugueses que ali chegavam, 20 anos depois da independência, esta evidência era reconfortante. A nossa língua, que Camões ali cantara há mais de 400 anos, tinha deixado raízes sólidas, não obstante as vicissitudes da história e da política e era um instrumento fundamental na criação de uma identidade própria naquela parte do Índico de envolvente linguística e cultural de influência claramente anglo-saxónica .

## As gentes

Os macuas são a principal etnia autóctone moçambicana. Concentram-se no nordeste do país, precisamente onde se situa a Ilha de Moçambique. Têm uma longa tradição de contacto com os navegadores e comerciantes árabes do norte (Iemen etc). Foram islamizados antes da chegada dos portugueses e a larga maioria permanece fiel a essa fé.

Ao longo da história foram atacados por grupos rivais do interior que cobiçavam as suas terras litorais. Os portugueses, seus aliados de há séculos, ajudaram-nos a resistir a essas invasões. Ficaram gratos e amigos. Será a etnia do país que até hoje mais apreciou a presença portuguesa embora também tenham sofrido a violência da escravatura lusitana.

Os macuas, como, regra geral os bantos orientais e islamizados, são gente doce e elegante; passam, ou estão, simplesmente, não têm pressa. Esperam o dia de amanhã com aparente segurança e descontração. São imponentes e serenos como as palmeiras imperiais. Assistem ao passar dos dias naqueles caminhos infinitos, bermas de estradas esburacadas, paragens de onibus-sabe-se-lá-se-vem, tabuleiro de mercado improvisado de tudo-o-que-ainda-vai-havendo. Convivem com a natureza de uma forma fraterna, mas dura. Resistem, lutam pela sobrevivência.

A sua esperança sem limites é filha de um misticismo forte. Tem uma expressão milenar no culto dos antepassados. A árvore desempenha um papel fundamental na sua liturgia doméstica. É o alfa e ómega da família africana, junto da qual se enterram os mortos e onde se vai pedir a bênção para as grandes decisões da vida.

A tribo, a família, alargada, é o centro da vida deste povo que ainda não experimenta a atracção do individualismo e sente, sem complexos nem eufemismos, a necessidade óbvia da integração social, da solidariedade dos outros e da partilha para poder sobreviver.

É gente amparada em magmas de fé, misturando maternidade, irmandade, respeito dos antepassados e dos mais velhos, mas também devoção ao Deus único dos muçulmanos e dos cristãos. Prevalece ao observador externo a impressão de uma aparente resignação (quase exasperante) à tradição e à ordem natural das coisas. A atitude perante a novidade é de uma cautelosa curiosidade da parte dos mais novos e de uma reservada desconfiança, da parte dos mais velhos.

Nas povoações, entretanto, nascem igrejas brancas e mesquitas, templos da “civilização” trazida de fora e que convivem com as palhotas frágeis, habitat natural da família rural africana.

## Ainda as gentes

António não teria mais de 12 anos. Franzino, seco de carnes, expressão alegre e comunicativa avançara com o seu grupo para perto de nós propondo os seus préstimos de guia turístico; ou tão só de guia; ou tão só de bengala para apoiar o passo curvado e difícil do nosso embaixador, “vítima” da estrada esburacada de Nacala, incomodado com uma ciática impertinente.

“Como te chamas?”, perguntou o diplomata para dar rumo útil à conversa/algarra do bando de miúdos que se atropelavam na oferta/venda dos seus bens e serviços; “...sou António!” respondeu, em português claro, com um mistura de pudor e orgulho.

“Estás contratado! Serás a minha “bengala” nos próximos dias”, arrematou o Rui Brito e Cunha do alto (curvado) da sua autoridade quase colonial.

Com a ajuda do António “Bengala” apressámos o refúgio na casa dos nossos anfitriões, Margarida e João Ferreira dos Santos, terceira geração de uma das maiores empresas familiares portuguesas a actuar em Moçambique e que iria celebrar nesse ano o centenário. Foi fundada precisamente naquela Ilha que, cem anos atrás, ainda gozava da prosperidade de antiga capital da colónia e funcionava como entreposto comercial de relevo.

A casa, sobre o Índico, tinha uma varanda-terraço soberba, posto privilegiado de observação, e de condições, nesta fase da história da Ilha. Em 1995, época em que a visitámos, era o único local da ilha que nos garantia a luz artificial de um gerador em serviço permanente para além das demais comodidades essenciais a turistas europeus sem pretensões a “coronéis-tapiocas”.

Estávamos exaustos e esfomeados de um dia de viagem e de experiências várias, desde que saíramos de manhã de Nampula. A hospitalidade dos amigos condizia com a generosidade e a elegância locais.

No terraço da nossa casa sobre o Índico brilhava agora uma lua esplendorosa, aberta, que Deus tinha mandado para iluminar os pobres, os ricos e os demais. Refastelados com deliciosas lagostas apanhadas nessa manhã, discoríamos pachorrentamente sobre tudo que víamos desde Nampula na véspera, mas sobretudo bebíamos com interesse os relatos do padre Lopes.

Figura inefável que a missão lusitana tinha deixado esquecida neste recanto muçulmano, o padre Lopes era o exemplo vivo da gesta heróica de tantos e tantos homens e mulheres missionários que souberam adaptar-se ao Povo que foram servir e aprenderam a viver com Ele e para Ele. Com a partida dos portugueses e o fim do império colonial, o padre Lopes restou como memória viva do passado, das gentes, das coisas, das iniciativas, mas também

como professor de português, de história, de geografia, de religião e moral, de música, de etnografia. Era ainda comentador político, crítico de governantes, fiscal da ética da governação e, naturalmente, único responsável pelo pastoreio das almas convertidas ou crentes cristãs, uma clara minoria naquela região maioritariamente muçulmana. Com ele aprendemos a síntese importante sobre a Ilha e a sua história.

Um grupo etnográfico macua, composto de mulheres, homens e crianças, entra no terraço ao som dos tambores e dos berimbaus. Elas organizam um jogo de saltar à corda. Uma destreza deliciosamente infantil e que nos transporta ao ensino elementar, à serenidade composta dum universo que nos parece já tão distante, neste mundo de computação, celulares, playstations e fibras ópticas.

De repente ouvem-se gritos (de guerra?). Sons guturais estridentes das mulheres acompanham um agitar mais sério e viril de homens. Sentadas no chão em redor dos bailarinos, com as crianças ao colo, nas costas ou no chão, compunham o coro e a cenografia. Vestiam capulanas (panos) de cores garridas. Usavam turbantes iguais nas cabeças. Do meio dos homens, um “velho” adianta-se e começa a espetar na carne, braços e cara, agulhas compridas de ferro. Nem uma gota de sangue, nem um esgar de dor. Suspense. A digestão das lagostas ressentem-se. À nossa frente um faquir?, um mágico?, um bruxo?, um feiticeiro?

Talvez tudo isso, mas sobretudo um artista que impressiona pela sua arte, pela imponência da sua serenidade e destreza no uso de uma técnica para nós desconhecida.

Naquele simplicíssimo e remoto recanto iluminado do Índico, longe de toda a civilização sofisticada, tínhamos direito a um jantar palestra, como nas capitais mais cosmopolitas e a um espectáculo cultural único, que incluía a prática da milenar acupunctura.

### **E mais gente, à luz do dia**

Na manhã seguinte acordamos com um sol aberto e generoso. Fomos finalmente conhecer a Ilha. No portão da casa acotovelavam-se bandos de jovens vendedores de tudo. Queriam a sua oportunidade de negócio exclusivo. Moedas de prata do tempo colonial, colares artesanais de coral e conchas; panos pintados; e mais lagostas e caranguejos apanhados havia pouco.

António “Bengala” ali estava, no seu posto, esperando as ordens do dia. Porém a primeira saída seria de barco. Conhecer o perímetro do território era fundamental para nós geoestrategas de profissão.

Uma volta pela ilha grande e pelas pequenas que a vizinham dá-nos a perspectiva física, real, do tanto que ouvimos, lêmos e imaginámos. A ilha grande, apesar da decadência, mantém intactos os traços e o perfil de um entreposto secular. Imponente naturalmente a grande fortaleza de S. Sebastião. Casas grandes e pequenas convivem, com minaretes e igrejas, barracões, palácios, praças, ruas, praias, areais, docas e árvores (poucas). Alguma actividade piscatória artesanal, ou pouco mais, dá vida ao mar e à costa.

Percebemos a fisionomia humana da ilha. Do lado mais monumental pouca gente. Reina a placidez. O evidente passado glorioso jaz ali sem continuidade, não obstante a serena dignidade. Do lado oposto não há praticamente construções de alvenaria, apenas construções precárias, de colmo e madeira. Reina a actividade humana, sente-se vida. Gente, finalmente, que vive no seu meio e que, aparentemente, nem se interessa pelo outro lado. O lado norte da Ilha é o porão do navio carregado de lastro (histórico); o lado sul é o convés onde se comanda a navegação e a tripulação actua todos os dias para fazer com que este barco continue a navegar.

À medida que nos dirigimos para os pequenos ilhéus, Goa e Cobras, cruzamo-nos com pirogas frágeis onde pescadores atléticos lutam bravamente, com enorme esforço físico para manter estável a embarcação, lançar, agarrar e puxar as redes. No meio de um azul esverdeado, translúcido e profundo encontramos cabeças agitando-se à tona de água. Por momentos imaginamos que são naufragos, vítimas inevitáveis da precaridade dos seus instrumentos de trabalho. Percebemos então que são os pescadores de lagosta que mergulham para apanhar do fundo as preciosidades que jantámos na véspera.

Estes homens são campeões naturais de mergulho e remo. Começam bem cedo a contribuir para o sustento da família. Aprendem a buscar no mar a sobrevivência, sem sofisticções, como o faziam os seus antepassados milénios atrás.

Com o peixe e os frutos do mar vêm muitas vezes também peças de barcos afundados, moedas antigas, tesouros que são verdadeiros testemunhos, evidências da importância deste entreposto ao longo dos tempos. A arqueologia deve-lhes esse serviço. A história esse tributo. Eles tentam vender aos poucos turistas que naquela época por ali se aventuravam estas preciosidades. São os juro da sua história.

O nosso barco, pilotado pelo Mussa, numa farda de azul, coçada, abrandada a marcha dos dois potentes motores e aproxima-se de um areal imenso, branco. O mar transparente e limpo reflecte o azul intenso de um céu glorioso, com sol aberto e forte. O fundo do mar está carregado de conchas brancas. Saltamos borda fora ávidos de apanhar esses presentes de Neptuno.

Pisamos finalmente as areias escaldantes deste ilhéu das Cobras. Em tempos servia para controlar o acesso à ilha grande. Agora é um refúgio natural de pássaros. Alguma vegetação rasteira. Uma beleza serena, mas forte de cores e transparências. O ar puríssimo, o mar límpido e azul. A areia branca e quente. Sentimos a profunda sensação de comunhão com a natureza no seu estado mais primitivo.

No regresso passamos frente a uma velha capela, fechada, meia perdida numa praia do continente. É mais um registo da fé e do império que o devir humano se encarrega de julgar.

Atracamos no ancoradouro da casa dos nossos amigos. Mussa encarrega-se de pôr as crianças em seco, cuidando de não se magoarem no fundo de coral. Uma terna forma de nos manifestar a fidalguia do seu acolhimento. Mussa- Moisés-Moça(mbique). A influência árabe que aqui penetrou há mais séculos do que os portugueses marca a sua presença na onomástica local.

O Palácio de S. Paulo, sede dos governadores, o hospital, e alguns edifícios antigos repousam entretanto num silêncio sereno e profundo, aguardando a volta dos seus donos e senhores. São imagens sucessivas e impressionantes de uma rápida visita ao passado congelado na pedras, nas frontarias, nas madeiras das portas e janelas, nas salas mantidas como estavam no dia da partida dos seus últimos habitantes; e ainda no traçado das ruas e das praças, nos candeeiros do jardim apagados há décadas e que se mantém de pé à espera do seu futuro.

Dirigimo-nos depois à famosa fortaleza de S. Sebastião. Exemplo imponente da arquitectura militar portuguesa no oriente. Um vasto edifício de paredes sólidas e perfeitas assente no topo norte da Ilha, estrategicamente colocada para vigiar a chegada da carreira da Índia e proteger dos ataques das frotas inimigas.

A caminho cruzávamo-nos com mulheres de vasilhas à cabeça, não eram muitas. Algumas, as mais jovens, tinham a cara pintada com tinta branca; pensamos que é algum rito de passagem, sinal de afirmação da feminilidade, mas as explicações são vagas e poucos convincentes e falam de um tratamento cosmético tradicional à base de farinha de mandioca. Há nestas tradições um não sei quê de mistério que impede explicações...

Em 1995 o forte estava em relativo estado de conservação, considerando as circunstâncias especiais em que o país vivera nos últimos 20 anos. As autoridades e muitos amigos do monumento haviam conseguido manter o essencial. A cisterna impressiona pela dimensão e sobretudo porque ainda presta a sua função à população local; dada a carência local no abastecimen-

to público muitas mulheres recorrem ao sistema secular da armazenagem da água da chuva. Este aspecto impressiona quem visita um monumento aparentemente adormecido, onde o passado fala tão forte conosco através das pedras. Celas, refeitórios, salas abobadadas, mostram um mundo que foi tão vivo e necessário na sua urgência diária. Perdidas as funções de outrora, aguardando também decisões políticas sobre o seu destino futuro (pousada? centro cultural?) a fortaleza permanece firme na sua disponibilidade de nos impressionar e de continuar a ajudar este povo no presente.

A capela de Nossa Senhora do Baluarte, exemplo manuelino único no ultramar português, referida na “História Trágico-Marítima”, restaurada havia pouco com a ajuda lusitana, ressalta na dignidade das suas cantarias, gárgulas, cimalha, abóbodas e frestas. Em cima de um rochedo sobre as águas límpidas, que a abraçam continuamente, a capela evoca vidas e devoções europeias que ali se ajoelharam ao longo de séculos em súplica e em agradecimento. Gente que por lá passou e rezou ou que lá foi enterrada e não pode ir morrer à sua terra. Ossos dessas almas estão ali bem expostos, assinalando-nos a precaridade de tantas missões e projectos e a finitude de tantas ambições.

O império português foi tecido de tudo isto. Homens e mulheres portugueses, moçambicanos, indianos, brasileiros, ou de outras nacionalidades, que naquele ponto estratégico pararam e passaram, ou apenas se corresponderam, foram construindo, “contra perigos e guerras esforçados”, uma parte imprescindível da nossa memória colectiva e que hoje é o universo em expansão da língua portuguesa. Evocamos D. Estêvão de Ataíde, ali jazente, que deixa à posteridade a célebre frase no combate aos holandeses “Não negoceio. Resisto!”

Evocando outros nomes procuramos Camões. Está de pé ainda na praça; mas Vasco da Gama retirou-se para um armazém aguardando a revisão da história. Espreitamos, literalmente, por uma frincha da porta da garagem e ali jaz o navegador que abriu as portas ao mundo moderno e mandou plantar tangerinas em Inhambane para o abastecimento das frotas da carreira da Índia.

José Craveirinha, grande poeta da síntese luso-tropical, cantou esses frutos num magnífico poema. Morreu sem ver o seu meio-irmão ilustre voltar à posição que a História lhe concede.

### **Até à eternidade**

O sol voltava a descer sobre o continente e as cores suaves e alaranjadas banhavam de novo tudo em redor dando-nos um inefável afago. Regressávamos assim ao abrigo da casa. Procurámos partilhar as impressões do dia

luminoso. Confirmamos que a Ilha fazia jus à sua fama; a sua lenda era perceptível e o seu rico e famoso passado estava ali melhor representado do que no restante território moçambicano que já conhecíamos, sobretudo na zona sul, incluindo a actual capital, Maputo.

Depois do jantar voltamos a sair. O Padre Lopes tinha-nos convidado para a missa da noite em que os macuas convertidos participavam. Percorremos deslumbrados as três centenas de metros que nos separavam da igreja. Estava escuro porque era lua nova, mas o céu estrelado cobria as nossas cabeças como um véu de fantasia maravilhosa. O som do mar, por detrás das casas e das ruas, enquadrava o ambiente. Aqui e ali o fantasma de uma palmeira imperial que se erguia soberba, a sinalizar a natureza no meio da ordem silenciosa das vias urbanas

A igreja da Misericórdia é um edifício do século XVIII, de paredes brancas; austera, digna, no seu confronto com o tempo, com a precaridade dos meios. Entramos e a iluminação estava reduzida a duas velas no altar; as paredes são despidas de ornamentações; tudo o que houve, eventualmente foi retirado; é o despojamento franciscano onde se notam apenas uma jarra de flores encarnadas e um missal antigo da mesma cor.

Algumas mulheres em trajes garridos (as capulanas) ocupam os velhos bancos de madeira; cantam o Pai-Nosso em macua e não podemos deixar de nos emocionarmos com este testemunho daqueles poucos católicos que continuam fiéis à universalidade da sua Igreja sem prescindirem da expressão própria da sua cultura.

Despedimo-nos assim da Ilha com antecipada saudade de uma cidade encantada e encantadora, onde Camões, Knopfli e tantos outros poetas sentiram o mesmo abraço mágico. Sentimos as pedras, o passado, as pessoas vivas do presente naquele magnífico cenário.

António “Bengala” será hoje mais um dos jovens que emigrou para a grande cidade à procura de futuro. Trabalhará nas obras, será militar ou funcionário público moçambicano, operário ou mineiro na África do Sul, destino de muitos dos seus compatriotas. Também poderá já ter estudado e tido oportunidade de chegar à universidade, tirado um curso e ser candidato a dirigente partidário, responsável pelas decisões sobre o presente e o futuro do seu povo. Tentará, com generosidade e empenho lutar por um mundo melhor e mais próspero para o seu país. É a sua hora.

Tenho a certeza de que, mesmo que não consiga nada disso, defenderá a sua terra, a sua Ilha, com orgulho e determinação, porque nasceu no seu seio, bebeu-lhe a sua água de coco, fixou-lhe os seus pôr-do-sol, os reflexos da

luz intensa sobre o Índico, a maresia envolvente, as pedras centenárias, as ruas ordenadas, a fortaleza protectora, a mesquita grande, o crematório baneane, as capelas e igrejas, o Padre Lopes, o faquir, as danças femininas, as caras, os risos, o doce e lânguido transcorrer dos dias, dos anos, dos ventos, das luas e das marés, nas varandas, nas praças, nas praias.

Verá no interminável vai e vem das gentes e dos carros que atravessam a ponte que a liga ao continente, a artéria que traz e leva a modernidade possível todos os dias. Verá outros Antónios irem até ao fim do mundo em busca do futuro e voltarem, como nós, para encontrar ali a verdadeira ilha mágica que nos abre o livro de memórias.